
BASE DE CÁLCULO DA SEXTA PARTE DOS VENCIMENTOS

O artigo 129 da Constituição Estadual prevê expressamente que é assegurado ao servidor público estadual paulista a percepção da sexta parte dos vencimentos integrais, concedida aos vinte anos de efetivo exercício.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, interpretando o mencionado artigo 129 da Constituição Estadual, já uniformizou a posição de que a sexta parte dos vencimentos deve incidir sobre todas as parcelas componentes dos vencimentos, entendendo-se por vencimentos integrais o padrão mais as vantagens adicionais efetivamente recebidas, salvo as eventuais, não havendo qualquer distinção entre verbas incorporadas ou não incorporadas.

O entendimento do Tribunal de Justiça não deixa margem à adoção de qualquer outra interpretação, mesmo assim vários órgãos da administração pública estadual paulista não adotam a jurisprudência do Tribunal, pagando em valor menor o benefício.

Desse modo os servidores estaduais ativos ou inativos devem conferir em seus demonstrativos de pagamento se a sexta parte está sendo pago corretamente, ou seja se está incidindo sobre o padrão, gratificações incorporadas e não incorporadas, adicional por tempo de serviço, adicional de insalubridade, adicional noturno, um terço constitucional de férias, enfim sobre todos os vencimentos integrais, excetuando as eventuais ou indenizatórias, como horas extras, salário família, ajuda de custo, diárias, vale alimentação e outras que dependam de circunstância ocasional.

Existindo erro na base de cálculo tem o servidor direito a pleitear judicialmente o pagamento correto da sexta parte dos vencimentos, bem como a diferença devida dos últimos cinco anos acrescida de correção monetária e juros de mora.